

TÍTULO DO TRABALHO			
FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS INICIAIS			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
GEORGE AMARAL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	ESTUDANTE
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este artigo objetiva apresentar uma reflexão acerca da relação entre trabalho e educação buscando compreender os fundamentos ontológicos do processo educativo. Um esforço primeiro dessa reflexão é procurar se aproximar o máximo possível do que anotou Karl Marx sobre a categoria trabalho. Isso é central para compreendermos o pensamento do autor quando expõe tese sobre o movimento do capital enquanto dimensão hegemônica de demiurgo societal. Queremos ressaltar também, a relevância da Ontologia de Lukács que recupera o caráter revolucionário da obra de Karl Marx. Nesse caso, consideramos o trabalho como fundamento do ser social e categoria central na análise da sociedade capitalista e, por isso, Marx defendeu a concepção de trabalho emancipado, através da superação do capitalismo. Esse é o nosso ponto de partida, pois o trabalho na sociedade capitalista é a essência subjetiva da propriedade privada que é estranha ao homem e à natureza e, assim, à consciência e à vida.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Trabalho; educação; reprodução social; capitalismo.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This article presents a reflection on the relationship between work and education trying to understand the ontological foundations of the educational process. Through reflection, we seek get closer as much as possible of what Karl Marx noted on the category of labor. This is central to understanding the author is thinking when exposed thesis on the movement of capital as the hegemonic dimension of societal demiurge. We wish to highlight also the importance of Ontology Lukacs recovering the revolutionary character of a work of Karl Marx. That case, we consider the labor as the foundation of the social and central category in the analysis of capitalist society and therefore, Marx defended the concept of emancipated work through the overcome capitalism. It is our starting point for the work in capitalist society is the subjective essence of private property that is foreign to man and nature and thus the consciousness and life.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Labour; education; social reproduction; capitalism.			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS INICIAIS.

George Amaral (MAIE-UECE)¹

PALAVRAS INICIAIS

Um esforço primeiro dessa reflexão é procurar se aproximar o máximo possível do que anotou Karl Marx sobre a categoria trabalho. Em seguida, iremos expor o desenvolvimento histórico do trabalho e assim compreendermos a relação que é estabelecida com complexos sociais, especificamente, a educação. Nosso ponto de partida é a centralidade do trabalho como estabelecido por Marx. O filósofo alemão, em suas análises, revela os pressupostos essenciais e universais do trabalho, apreendendo a esfera de constituição do ser social e seu desdobramento histórico em meio ao modo de produção vigente em cada época. Notadamente, queremos ressaltar também, a relevância da Ontologia de Lukács que recupera o caráter revolucionário da obra de Karl Marx.

Nesse caso, consideramos o trabalho como fundamento do ser social e categoria central na análise da sociedade capitalista e, por isso, Marx defendeu a concepção de trabalho emancipado, através da superação do capitalismo. Seguindo esse roteiro de análise consideramos a educação um complexo essencial para existência do ser social, a reprodução de sua estruturação bem como a transformação das relações sociais vigentes em direção a uma outra forma societal, o comunismo.

Assim, o papel da educação no processo de reprodução social tem um vínculo com o trabalho. Isso porque participa da reprodução do homem, enquanto ser social, desenvolvendo atividades que o faz pertencer a um gênero. Em seguida, ao cumprir sua função, a educação possibilita acessarmos o patrimônio histórico-cultural e, parte dele, transformar as relações sociais configuradores de uma sociedade que, por mais que seja negada pelos interlocutores do capital, é uma sociedade de classes, hierarquizada a partir do controle da classe proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores.

Na tentativa de compreendermos a função social da educação para além do que é estabelecido pela ideologia capitalista, apoiamo-nos, além de Marx (2010, 2013), na contribuição realizada por Lukács (2012, 2013), Tonet (2005, 2008, 2012), Lessa (2011), Jimenez e Lima

¹ Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE-FAFIDAM-FECLESC/UECE). Pesquisador colaborador do Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário (IMO), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade. Professor da rede estadual de educação do Estado do Ceará.

(2011), Santos e Costa (2012), entre outros autores, que se alinham com os pressupostos ontológicos marxianos-lukacsianos.

O trabalho e os elementos de sua legalidade ontológica: apontamentos centrais

O trabalho conforme Marx (2010, 2013) é a base fundamental para que o ser humano se constituísse como ser social, superando a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e a transforma para garantir sua existência. Ao converter a natureza em meios de subsistência ou de produção, o homem atua de forma consciente e intencional, controlando e executando sua ação através de seus membros corpóreos contra os elementos da natureza. Vejamos:

Primeiramente o trabalho, a *atividade vital, a vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de um *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem (MARX, 2010, p.84)

Delineando a apreensão entre espírito e matéria, sujeito e objeto, homem e natureza, o teórico alemão, tem na centralidade do trabalho a base essencial da existência do homem enquanto ser social. Em um processo dialeticamente vinculado a relação entre homem e natureza, estabeleceu-se a reprodução do homem como um ser histórico e partícipe de um gênero, um ser que, pelo trabalho, saltou ontologicamente para outra dimensão, a societal, capaz de criar sempre o novo e produzir incessantemente um patrimônio histórico-cultural. Conforme Marx, “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (2013, p. 255). Para o autor, o que diferencia o trabalho de qualquer atividade natural desenvolvidas por outros seres, é o ato do homem idealizar o resultado final do trabalho antes de sua objetivação. Um processo que possibilita ao homem fazer escolhas entre alternativas, pôr fim às suas ações, a teleologia, e operando sobre uma materialidade, uma objetividade.

Tudo isso está relacionado em uma passagem clássica na obra *O Capital*,

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que

já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-256).

Podemos compreender, em Marx, que não existe ser social sem o trabalho, sua centralidade é base fundadora de toda a sociabilidade humana e resultante da interação com a natureza e as inter-relações dos sujeitos entre si na produção da existência. A centralidade assumida pelo trabalho ocorre pela necessidade humano em produzir sua existência através da transformação da natureza, diferentemente do que ocorre com os outros entes naturais, visto que atuam a partir do que está impresso em seu código genético. O homem atua idealizando suas objetivações, transformando a natureza, ao mesmo tempo, em que é transformado pela dialética da ação. Marx (2013, p. 211) acentua o processo de trabalho “em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a fim de produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas”.

Essa questão expõe, de acordo com Lukács (2012, p. 286), o caráter duplo da transformação. “Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve as 'potências que nela se encontram latentes' e sujeita as forças da natureza a 'seu próprio domínio’”. Como prefere Lukács (2012), o trabalho é protoforma do ser social. Em outras palavras, o legado onto-histórico de Marx assinala que é no e a partir do trabalho, pelo qual o homem produz na materialidade sua existência. Através dele o homem salta da natureza e supera seus limites naturais. Os seres humanos são sujeitos ativos em relação ao mundo que os rodeia. Em análise distinta da que realiza Lukács (2013)², Harvey (2011, p. 114), contribui ao assegurar que “ essa dialética da transformação constante de si mesmo mediante a transformação do mundo, e vice-versa, é fundamental para entendermos a evolução das sociedades humanas, assim como a evolução da transformação da natureza”.

Essa dupla face do trabalho, demonstra, a separação consciente que deve existir entre sujeito e objeto, possibilitando ao homem o domínio de si mesmo e do ambiente a sua volta. Essa separação, de acordo com Lukács (2013, p.65), é “produto necessário do trabalho e, ao mesmo tempo, a base para o modo de existência especificamente humano”. Decerto, a tese de Lukács adverte que não se pode considerar “o ser social como independente do ser da natureza, como antítese”, assevera o autor, “o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica” (2012, p. 286). Certamente, esse aspecto não libera o homem de suas necessidades efetivas, biológicas, mas a latente capacidade de planejar e interferir no meio de forma racional, isto é, um ser que pensa e

² A análise da obra de Marx feita por Lukács (2012, 2013) tem como fundamento o rastreamento ontológico do ser social. Enquanto, Harvey busca na leitura imane de Marx compreender os fundamentos mais específicos do processo alienação e produção das relações na sociedade capitalista, entretanto, sua análise não temo como fundamento principal a ontologia do ser social. Destarte, as obras destes dois filósofos, guardadas suas distinções, contribuem para compreendermos o legado do filósofo alemão.

imprime sentido a tudo que faz, nomeadamente de capacidade teleológica. Desse modo, para Marx, a atividade vital e consciente é um traço característico da humanidade.

O trabalho, portanto, é mediador entre os projetos ideais e o produto objetivado que passa a existir fora da consciência (LESSA; TONET, 2008). Cada sociedade, ao longo do tempo, confronta-se com base material e através desse processo estabeleceu um vínculo direto com o modo da produção da sua existência na qual participam finalidade e objetividade. Finalidade estabelecida coletivamente e objetivada em função dos meios que humanidade dispõe para obter êxito necessário. Conforme Lessa e Tonet (2008), os homens, ao objetivaram as prévias-ideações transformam a realidade e se constroem como seres humanos, tornando o ambiente mais favorável à sobrevivência. Esse processo se efetiva de maneira bastante complexa por meio do qual ideia e causalidade se sintetizam em objetos alvo da ação humana.

Esse fato diferencia o homem dos demais animais presentes no mundo natural. Como meio regulador da relação homem-natureza, o trabalho, conforme Marx (2013, 256), é “em primeiro lugar, atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios. ” Um processo que possibilita ao homem fazer escolhas entre alternativas, pôr fim às suas ações, a teleologia, e operando sobre uma materialidade, uma objetividade. De acordo com Lukács (2013), a teleologia implica a existência de ação previamente concebida no plano das ideias, conduzindo o homem a fazer escolhas entre alternativas, orientando a ação a ser efetivada para alcançar um fim estabelecido. Enquanto, a causalidade (dada ou posta), segundo Lukács (2013), é o princípio do movimento autofundado que existe independente do agir humano ou mesmo que seja fundado pelo ato da consciência. O processo de trabalho exige que o homem desenvolva uma certa apreensão da realidade própria da relação sujeito-objeto. Ao final do processo de trabalho o produto foi objetivado e existe a partir daí independente de quem o produziu, portanto, uma causalidade (idem).

Podemos mencionar, por exemplo, o fato de se utilizar uma pedra para a caça, ou um pedaço de madeira para a coleta de frutas sem alterar a matéria natural, porém o homem lhe atribuiu significado para conseguir satisfazer sua carência de alimentos. Em outro momento causalidade e teleologia se interpenetram na esfera do trabalho pela conversão da matéria natural em outro objeto, mais elaborado, polido ou afiado pela ação humana com a intenção de tornar a atividade produtiva mais eficiente. Isso ele faz tomando decisões entre alternativas.

Para criar o novo possibilitando novas alternativas históricas que não estão ligadas estritamente a esfera biológica exige a mediação da consciência e do trabalho para concretizar o projeto idealizado. Porquanto, apenas através do conhecimento desantropomórfico correto (imane) de tais propriedades permitem ao homem, através do trabalho, por em movimento a

conversão da matéria-prima em coisas úteis. Tal conversão em utilidade é um processo teleológico (LUKÁCS, 2013). Com efeito, para que o por teleológico se efetive, o homem precisa conhecer as propriedades dos objetos a serem manipulados em seu favor, ou seja, transformar o mundo natural exige um grau de subjetividade.

É através do trabalho que se produz essa nova objetividade sobre a qual a consciência toma como base para refletir e efetivar na prática humana uma ação sempre nova (LESSA, 2012). Certamente, esse aspecto não libera o homem de suas necessidades efetivas e biológicas, porém é latente a capacidade de planejar e interferir no meio de forma racional. Isto é, um ser que pensa e imprime sentido a tudo que faz. Sendo assim, capacidades mentais e físicas são desenvolvidas na elaboração de uma nova materialidade onde “a natureza aparece como sua obra e a sua efetividade” (MARX, 2010, p. 85).

Essas características aparecem como referências dos elementos essenciais e universais do trabalho. De sua natureza essencial emerge, pois, o postulado marxianolukacsiano de que o trabalho é protoforma do ser social. Em outras palavras, “o legado onto-histórico de Marx assinala que é no e a partir do trabalho, pelo qual o homem produz na materialidade sua existência, que ele salta da natureza e supera seus limites naturais” (MORAES et al. 2010). Trata-se de pôr a consciência humana em movimento, cujas consequências de acordo com Lukács (2013, p. 291), “consiste no fato de que o trabalho e seus produtos confronta todo homem com novas tarefas, cuja execução, desperta nele novas capacidades”, resultando em “necessidades sempre novas e até aquele momento desconhecidas e, com elas, novos modos de satisfazê-las”.

A realidade torna-se mais abrangente e genérica. Porquanto, toda nova objetivação altera o ambiente em que se realiza (LUKÁCS, 2013). Nela, como já enfatizamos, articulam-se teleologia e causalidade na criação de algo novo. Na medida em que as barreiras naturais são rompidas, o homem torna-se cada vez mais um ser histórico, ao produzirem a sua existência, não somente vive, mas existe enquanto ser histórico. Difere-se dos animais, visto que produz a existência e a si mesmo,

A primeira premissa de toda a existência humana, e, portanto, também de toda a história, é premissa de que os homens, para “fazer história”, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história (MARX e ENGELS, p. 50).

O desenvolvimento societal e a produção da existência estão balizados pela relação entre

trabalho e teleologia, visto que o processo mediador entre a sociedade e a natureza é o trabalho e, por sua vez, a prévia-ideação que projeta a finalidade desejada tem um caráter ineliminável para a existência humana. Uma questão decisiva para isso é o afastamento das barreiras naturais. Quanto mais os homens se desenvolvem objetivamente e subjetivamente, quanto maior o desenvolvimento dos meios de produção da existência, menos ele é afetado pelas amarras da natureza e mais complexo torna-se o mundo fundado por ele. Esse afastamento pressupõe uma correlação de forças entre objetividade e subjetividade, na qual a segunda não pode ser deslocada da primeira. Precisamos, é claro, da subjetividade, pois o intercâmbio homem e natureza é mediado pela consciência uma vez que ele reflete, subjetivamente, para fazer escolhas no plano da objetividade. Todavia, o ponto de partida é a objetividade já que, primeiro, o homem precisa existir para depois pensar: a prioridade recai sobre a objetividade. Fundamentalmente ele existe quando satisfaz suas necessidades, produzindo alimento, vestuário, abrigo.

A partir da síntese entre objetividade e subjetividade surge um mundo fundamentalmente social, o mundo dos homens. Ao inserir nele novos objetos, desperta também “novas capacidades e necessidades cujas consequências trazem ao mundo novas capacidades e necessidades para satisfazê-las” (LUKÁCS, 2013, p. 303). Conforme Lukács (idem), o trabalho põe em movimento, em sua dialética e dinâmica concretas, o afastamento da barreira natural. A criação do novo levanta novas perguntas, não mais a partir do entorno imediato, mas sobre o que já está posto.

Nesse sentido, a sociabilidade como uma realidade fundada pelo trabalho, funciona como uma causalidade posta, “desdobrando o trabalho como modelo da práxis, como um processo que se dinamiza por contradições, envolvendo teleologia e causalidade, cuja superação o conduz a patamares cada vez mais crescentes de complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 31). Essa maior complexidade, salienta Lessa (2012), é propiciada pelo desenvolvimento crescente das forças produtivas resultando na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução material. Essa diminuição é resultado do afastamento das barreiras naturais, pois uma proporção menor da força de trabalho total da humanidade está envolvida nesse intercâmbio entre homem e natureza.

O que o homem fez para sobreviver não estava escrito no código genético, ele precisou do trabalho para produzir a existência cuja ação permitiu o salto da esfera orgânica para a esfera social. Nestes termos, o intercâmbio entre homem e natureza, mediado pelo trabalho, efetuou novas objetivações que, por sua vez, são potencializadores do desenvolvimento social. Abre-se, portanto, um campo de possibilidades exigindo do homem o conhecimento correto da realidade, habilidades para manipular objetos e transformá-los em ferramentas, a criação de uma codificação para representar os conhecimentos adquiridos e um conjunto de formas de apropriações do patrimônio

historicamente acumulado bem como sua transmissão a fim de perpetuar o ser social.

O trabalho como categoria central do mundo dos homens, pois ela é a categoria central do intercâmbio entre o homem e a natureza (LESSA, 2012). Essa categoria é a base para a reprodução social, isto é, para se reproduzirem e garantirem a sobrevivência, os homens precisam lutar para modificar o mundo, produzindo alimento, vestuário, moradia, por exemplo, para o qual faz ao mesmo tempo ao se reproduzirem tanto no plano da individualidade quanto na generidade (LESSA, 2011).

O mundo dos homens se torna cada vez mais um complexo de coisas, a que se refere Lukács (2012) como complexos de complexos, onde os homens criaram as condições históricas cada vez mais possibilitadas pelos seus atos, na correlação de forças entre a objetividade e subjetividade. Assim, o pressuposto marxiano-lukacsiano indica como prioridade a totalidade em relação às partes do complexo total. Trata-se de considerar que estruturas complexas como a ciência, o direito, a linguagem, a educação situa-se com relativa autonomia, porém sempre subordinadas ontologicamente ao complexo do trabalho que os determina como complexo parcial dentro da totalidade (LUKÁCS, 2013).

Balizado nessa assertiva marxiana, Tonet (2005, p. 132) demonstra que o trabalho em sua

[...] dimensão fundante do ser social, não se esgota. Que a partir dele e, às vezes como desdobramento de germes já existentes no seu interior (caso da linguagem, da educação, da ciência, etc.), surgem inúmeras outras dimensões, de modo que o ser social é sempre um complexo articulado que inclui a dimensão fundante e um conjunto de outros campos da atividade humana. Dessa forma, reafirmamos o trabalho como modelo de toda a práxis social. Ele é base sobre a qual a práxis social se move processual e historicamente sem esgotar jamais as possibilidades da criação de algo novo na realidade humana. Enfaticamente anotamos que os desdobramentos da articulação entre essas duas categorias no real promovem uma complexificação intensa da vida em sociedade.

Procuramos até o momento estabelecer os elementos fundamentais da categoria trabalho como base do mundo dos homens. Através dela o homem salta da esfera da natureza e inicia um processo sócio histórico, enquanto transforma a natureza através do trabalho, modificando sua própria essência, manifesta-se o fenômeno da existência social. Por isso, traçamos um panorama que indica o percurso originário e processual do ser social, constituído de complexos, entre os quais, a educação é um deles. O trabalho como ponto de partida da humanização e do refinamento de suas faculdades é modelo para a práxis educativa.

Compreender a gênese e processualidade histórica do trabalho nos permite refletir sobre a função social da educação, pois mantém com aquele uma relação de dependência ontológica,

autonomia relativa e determinação recíproca (TONET, 2011). A educação é um instrumento poderoso para a formação dos indivíduos, contudo, precisamos entender o contexto em que está inserida, a sua função social, a serviço de quais interesses e se esses interesses atendem as reais necessidades humana.

Apontamentos sobre a gênese e função social da educação

Nessa parte, trataremos de expor a conexão da educação como prática social das atividades humanas individual e universalmente. Primeiramente, situamos o contexto categorial que envolve as atividades educativas no processo de reprodução social, refletindo a intrincada relação da educação com a totalidade social. Nesse caso, traçamos o desenvolvimento da formação dos indivíduos articulado as atividades produtivas, demonstrando algumas particularidades históricas do complexo educativo onde a educação conservava o seu caráter propedêutico. Ao mesmo tempo, em que a história dos processos educativos se desenvolve mediante a sociedade de classes que surge a partir da propriedade privada e da divisão social do trabalho, sociedade que se fortaleceu com o desenvolvimento das forças produtivas.

Na medida em que o trabalho e as forças produtivas se desenvolvem ocorre o recuo das barreiras naturais expressando não só a alteração da natureza, mas também modificações nas condições sociais e humanas. A educação dentro da complexidade própria da totalidade social pode desenvolver ações dos homens orientando para possibilidades sempre novas, desde as primeiras formações sociais até as sociedades mais evoluídas. Nesse sentido, para que os indivíduos se integrem ao gênero humano é imprescindível o processo de educação para sua formação e esse processo, assim como o trabalho, é universal. A categoria trabalho se universaliza como instrumento do intercâmbio entre natureza e homem e protoforma da sociabilidade. A educação, por sua vez, é chamada a garantir a transmissão dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para que o ser humano se torne um sujeito apto a refletir sobre a sociabilidade, criativas para pensar em algo novo, projetando a superação das condições que atormentam a humanidade em sua história.

Começamos, portanto, pelo plano da generidade onde trabalho desencadeou um conjunto de ações complexas cada uma com sua função social específica, compondo nesta perspectiva a práxis social. O processo de complexificação ocorre por meio da criação de algo sempre novo, e esse algo novo tende a organizar outro algo novo, “alargando o horizonte da reprodução humana, criando novas necessidades e ampliando as formas de satisfazê-las” (LIMA e JIMENEZ, 2011, p. 74).

Cumpr-se atentar uma vez mais para um pressuposto que Lukács traz para entendermos o processo de reprodução social na categoria da totalidade. “Este se dá num complexo – composto de

complexos -, só pode ser compreendido adequadamente, portanto, em sua totalidade dinâmica e complexa” (LUKÁCS, 2013, 170-172). Embora, lembremos sempre que a educação é um processo que ocorre no plano da individualidade e que se articula com universalidade do ser social.

Enfaticamente anotamos que os desdobramentos da articulação entre homem e natureza, objetividade e subjetividade, trabalho e teleologia no real promovem uma complexificação intensa da vida em sociedade. Com efeito, a educação é o complexo da formação humana que se relaciona com a atividade produtiva da existência, com o universo da sociabilidade e da produção do saber. O que marca esse processo é a atividade educativa como prática formadora da individualidade, porém cercada de uma trama social que envolve as condições historicamente desenvolvidas pelo conjunto da humanidade.

Com essas considerações em tela, Tonet (2011, p. 139), sublinha a primazia ontológica do trabalho sobre os demais complexos.

É, portanto, a partir do trabalho que surgem todos esses outros momentos da realidade social. Cada um com uma natureza e uma função próprias na reprodução do ser social. Deste modo, podemos dizer que entre o trabalho e as outras atividades existe uma relação de dependência ontológica, de autonomia relativa e de determinação recíproca. Dependência ontológica de todas elas em relação ao trabalho, pois este constitui o seu fundamento. Autonomia relativa, pois cada uma delas cumpre uma função que não resulta mecanicamente de sua relação com o trabalho. Determinação recíproca, pois todas elas, inclusive o trabalho, se relacionam entre si e se constituem mutuamente nesse processo.

Embasados em tais pressupostos, consideramos os complexos como partes integrantes da totalidade, Lima e Jimenez (2011) embasadas em Lukács, defendem a tese de que a educação se situa como um dos complexos sociais surgidos das necessidades e possibilidades produzidas pelo trabalho onde mantém uma dependência ontológica e numa autonomia relativa em relação a essa atividade consciente, devido a sua especificidade. As autoras definem educação como um complexo universal necessário à reprodução do homem como ser social (LIMA e JIMENEZ, 2011).

Se o ser social é um ser que se constrói, a educação faz parte desse existir inerente à formação humana. Cabe a ela a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano (TONET, 2011). Como não nascemos humanos, mas nos constituímos para atender as necessidades de sobrevivência, esse complexo social deve propiciar a todos os indivíduos a formação integral, necessária ao gênero humano para se situar em uma totalidade societária.

A essência da educação “consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas da vida do modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178). No ser social,

a perspectiva de formação humana em Lukács, centra-se na formação social do comportamento cuja “práxis educativa intenta produzir individualidades de acordo com as exigências de um determinado tipo de sociedade, o que ocorre pela sua influência sobre o campo das decisões individuais” (SANTOS e COSTA, 2012, p. 99). Essas decisões são assentadas no âmbito teleológico, que orienta a ação objetiva e ao mesmo tempo impulsiona, coordena e determina o “processo de transmissão e apropriação no conjunto de objetivações mínimas para a continuidade de cada forma social” (idem).

Nestes termos, precisamos da educação, como afirma Tonet (2008), porque o trabalho implica uma teleologia, ou seja, uma atividade intencional prévia e a existência de alternativas e isto não é biologicamente pré-determinado. No entanto, o por teleológico desse complexo se difere do pôr do trabalho em sua forma pura que é a transformação da natureza. Isto significa dizer que o complexo educativo opera a mediação do agir entre sujeitos no plano da sociabilidade; desse modo o por teleológico da educação é como Lukács conceitua, um por teleológico secundário (LUKÁCS, 2013).

Tal como se apresenta, a teleologia secundária estabelece uma relação que é explicada pela distinção entre o complexo fundante da sociabilidade e todos os outros complexos por ele fundados (LESSA, 2013). Isso porque em primeiro plano as objetivações do trabalho tratam-se da transformação da matéria natural, em seguida, no por teleológico secundário a subjetividade adquire o caráter social: possíveis decisões alternativas de pessoas onde são preponderantes as relações sociais. Não se pode prever a reação dos indivíduos diante das alternativas possíveis, mesmo a práxis educacional induzindo determinadas decisões em consonância com a formação social.

Para a continuidade do ser social, de sua forma historicamente produzida, é necessária uma educação que possibilite apreender o modo de vida do grupo, assimilando à linguagem, os costumes, as atitudes, formas de pensar e às formas de produção que garantem a subsistência. Essas são as objetivações produzidas pelo trabalho, direta ou indiretamente, originadas da relação homem e a natureza ou das atividades dos sujeitos no plano da sociedade. Para fazer parte da humanidade é necessária a mediação da educação, tanto no polo da individualidade como no polo da genericidade ela é requisitada pela reprodução social. A continuidade do gênero como ser social, a totalidade no movimento de reprodução social, mobiliza o complexo educacional para se apropriar das objetivações de outros complexos da práxis social: linguagem, arte, política, religião, ciência, dentre outros.

A educação enquanto complexo da totalidade social, apropria-se das objetivações de outros complexos da práxis social, de modo que tais objetivações se tornem universais, pertencentes ao gênero humano. No processo de reprodução social, a totalidade exige que os indivíduos se

apropriem desse patrimônio da humanidade para se humanizarem e participarem das conquistas realizadas pela humanidade ao longo da história. Nesse caso, a necessidade individual de apropriar-se do patrimônio histórico cultura é efetuada pelo processo de ensino-aprendizagem. Isso pressupõe a integração do indivíduo na sociabilidade humana. Um processo que requer uma ação intencional e dirigida pela atividade docente mediante a apresentação e explicação de conhecimentos, do estímulo à elaboração de perguntas e do pensar (JIMENEZ, DO CARMO e LIMA, 2010).

A princípio esse aspecto poderia até demonstrar que a educação se limita a transmitir os conhecimentos, valores, práticas e necessidades já acumuladas na trajetória humana. No entanto, as mediações da práxis educacional caracterizam-se por alargar o horizonte de reflexão dos sujeitos, possibilitando a criação de algo sempre novo frente aos desafios atuais, projetando um maior refinamento das faculdades humanas. A práxis social, como um complexo de complexos, vai se mover sobre o trabalho. Através dele uma série de objetivações concretizadas através das atividades realizadas pela humanidade cotidianamente, produzem sempre novas aprendizagens, habilidades, conhecimentos e valores. Porém, nem sempre esse processo ocorre de maneira contínua e satisfatória, pois envolve um conjunto de relações sociais articuladas a outros complexos sociais. Isso porque a educação é um pôr teleológico que se realiza de sujeito para sujeito, mediados por uma série de relações humanas.

A humanidade prosseguiu lentamente, elaborando novos objetos, desenvolvendo novas habilidades, novas capacidades: o homem desenvolveu o domínio de sua compreensão sobre suas inclinações e hábitos. Como toda a produção desse estágio primitivo estava em função da própria existência, conseqüentemente, suas conquistas permitiram o desenvolvimento de novos objetos de trabalho, novas técnicas de produção, conhecimentos que aperfeiçoaram o comportamento humano e desenvolveram as forças produtivas.

Nesse sentido, o complexo da educação, influenciado pelo trabalho, avança se autorealizando no cotidiano da humanidade, pois a aprendizagem do ser humano é constante, contínua e se vincula a outros complexos da práxis social. Isso configura a educação no sentido *lato* que, em meio as atividades, sejam elas produtivas ou ideológicas, possibilitam situações espontâneas de aprendizagem compondo o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores inerentes ao gênero humano. Santos e Costa (2012), com base em Lukács, assinalam o caráter universal da educação imanente ao processo de reprodução social, pois a educação no sentido *lato* jamais é totalmente concluída.

Vários estágios de desenvolvimento das forças produtivas se sucedem ao longo da história dando forma a novas e diferentes configurações sociais. Com isso, surgem novas necessidades que não são apenas naturais ou físicas, mas produtos da sociabilidade que requerem para a reprodução

social, a transmissão de conhecimentos e habilidades adquiridos a partir de então, elaborados no plano da sociabilidade humana e acumulados historicamente.

A evolução histórica das formações sociais está marcada pelo processo de produção dos meios de vida e, com efeito, produz a cultura no intercâmbio com a natureza e entre os homens na sociedade. Conhecimentos, habilidades, valores brotam como respostas às necessidades históricas dos grupos sociais e se complexificou na medida em que se desenvolvem as forças produtivas. Porém, nas sociedades onde a evolução do processo produtivo culminou no aparecimento da propriedade privada e na divisão social do trabalho ocorre a distinção entre homens que estão livres do labor material e àqueles que são forçados ao trabalho manual.

A divisão social do trabalho em função do benefício comum permitiu o aumento da produção. Este excedente alterou as relações sociais a partir do momento cujo controle da produção passou da coletividade para uma pequena parcela da sociedade (PONCE, 2010). A divisão do trabalho, em atividades manuais e intelectuais, assumiu o caráter classista, privilegiando esta última modalidade, configurando o domínio do conhecimento mais sistemático e refinado às classes proprietárias em cada época histórica. A educação escolar vai se desenvolver a partir dessas relações e se apoiará no saber sistematizado na medida em que o ócio, articulado à domesticação de animais, a agricultura, a complexificação da produção e desenvolvimento das forças produtivas baseado no trabalho, primeiramente no escravo, servil e, por fim, no trabalho assalariado, tornaram-se determinantes na função social da escola.

Através desse processo de complexificação e diferenciação nas relações sociais, simultaneamente, a educação no sentido *lato* deixa de atender às necessidades das classes dominantes, na medida em que o conhecimento *stricto*, sistemático, dos objetos e forças naturais se tornou uma exigência para mediar e controlar o processo produtivo. A divisão do trabalho em profissões, apoiada no conhecimento *stricto*, faz com que as práticas educacionais se tornem mais sistemáticas. O conhecimento historicamente acumulado pela humanidade passa a ser transmitido pela escola. Nessa perspectiva, a educação *stricta* surge por força da divisão de classes e institui a escola como a esfera responsável pela transmissão do saber sistematizado (LIMA e JIMENEZ, 2011). Esse primeiro rompimento no complexo da educação é verificado quando o trabalho coletivo de caça e coleta nas sociedades primitivas é substituído pelo trabalho escravo, entre outros fatores.

A sociedade de classes, calcada na apropriação do trabalho e dos meios de produção, na exploração do homem pelo homem, promove também a distinção entre os saberes destinados à classe dominante e a instrução das classes exploradas. Isto é, para manter-se no controle da hierarquia social, a classe livre das atividades laborais apoia-se numa educação sistematizada a partir da evolução das técnicas, dos conhecimentos do meio, da elaboração de formas de controle e

poder. Desse modo, as classes dominantes determinam uma educação rudimentar que assegure apenas o suficiente para realização de alguns ofícios e a subordinação da classe ligada às atividades manuais.

A escola está ligada ao modo de reprodução social em cada época histórica. Durante grande parte da trajetória humana, a escola era privilégio de uma parcela pequena de indivíduos. A origem dela se relaciona com a educação *stricta*, ligada ao ócio e ao lazer, conforme Saviani (2003), uma evidência histórica daqueles que se libertaram das atividades laborais e se tornaram as classes dominantes. Lembramos, contudo, que a escola não é a única esfera de transmissão do saber, uma vez que o conhecimento *lato*, espontâneo, é formado mediante a constante interação dos indivíduos entre si e seus contatos com a realidade natural e social ao longo da vida.

Nesse aspecto, a escola já nasce portadora de um dualismo educacional, como nos esclarece Santos (2005, p. 26):

A escola passa a ser então o local ocupado por quem não precisa trabalhar para sobreviver, ou seja, pelos cidadãos ociosos que não se ocupam com a produção do trabalho. A educação escolar era oferecida aos senhores, por estes disporem de tempo livre para o exercício acadêmico do aprendizado. Para o trabalhador restava o trabalho e através deste o aprendizado na prática do dia-a-dia que rendia os conhecimentos necessários para melhorar e aprimorá-lo.

A reflexão que ora desenvolvemos sobre a educação perpassa pela questão do surgimento, função social e trajetória da escola, instituída inicialmente pelas classes dominantes com finalidade em atender aos seus interesses. Desse modo, orientados pela necessidade do próprio objeto, o processo de sistematização e fragmentação ocorrido na práxis educativas mediante a evolução histórica das forças produtivas. Compreender, portanto, o contexto que envolve a escola, suas contradições, possibilidades revolucionárias e conservadoras, como instituição encarregada da transmissão do saber sistematizado.

Por sua vez, a sociedade de classes, da exploração do homem pelo homem, promove também a distinção entre os saberes destinados a classe dominante e o que deve integrar a instrução das classes exploradas. Isto é, para manter no controle da hierarquia social, a classe que se libertou das atividades laborais, apoia-se numa educação sistematizada a partir da evolução das técnicas, dos conhecimentos do meio, da elaboração de formas de controle e poder. Desse modo, determina uma educação rudimentar voltada apenas o suficiente para realização de alguns ofícios e à subordinação da classe ligada as atividades manuais às classes dominantes.

Através desse processo de complexificação e diferenciação nas relações sociais, simultaneamente, a educação no sentido *lato*, deixar de atender as necessidades das classes

dominantes, na medida em que o conhecimento estrito, sistemático, dos objetos e forças naturais se tornou uma exigência para mediar e controlar o processo produtivo. A divisão do trabalho em profissões, apoiada no conhecimento estrito, faz com que as práticas educacionais se tornassem mais sistemática. O conhecimento historicamente acumulado pela humanidade passa a ser transmitido pela escola. Nessa perspectiva, a educação stricta surge por força da divisão de classes e institui a escola como a esfera responsável pela transmissão do saber sistematizado (LIMA e JIMENEZ, 2011). Esse primeiro rompimento no complexo da educação é verificado quando o trabalho coletivo de caça e coleta nas sociedades primitivas é substituído pelo trabalho escravo, entre outros fatores.

Conforme Lessa (2013), essa relação fundamenta todos os outros complexos sociais. O trabalho de coleta era o fundamento das sociedades primitivas; o trabalho escravo possibilitou a formação de impérios na Antiguidade (Egito, Pérsia, Grécia, Roma); o trabalho servil era a base do feudalismo; e por fim, o trabalho assalariado funda a totalidade da sociedade burguesa. Excetuando-se as sociedades primitivas, todas as outras se apoiaram no controle do saber historicamente acumulado, através da escola.

Através das reflexões desenvolvidas até o momento, percebemos que o dualismo que marca a história da educação tem alguns momentos determinantes. Nas comunidades primitivas, em que prevalecia o trabalho coletivo, não havia divisão de classes. De acordo com Saviani (2007, p. 153), “os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações”. Ao se tornarem mais complexas, tomando como exemplo as sociedades grega e romana, com nítida divisão entre trabalho manual e intelectual, desenvolveram uma educação dual, a partir do momento em que a aristocracia, proprietária de terras se apoiou no trabalho escravo para a produção da existência. Como indica Saviani,

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 155).

O interesse privado se sobrepôs ao coletivo provocando mudanças no que deveria ser ensinado a cada parcela da sociedade e em função dos interesses das classes dominantes. A educação escolar, apropriando-se do conhecimento elaborado sistematicamente, passou a organizar a transmissão desse saber desenvolvendo elementos próprios da forma escolar. Enquanto isso, a

classe explorada, alijada da escola, apropriava-se do saber prático, ligado ao processo de trabalho e às situações cotidianas.

Com o aparecimento da sociedade classes, a tônica do ideal educativo se voltava para os fins estabelecidos pela classe proprietária. Segundo indica Ponce (2010, p. 37), nesse contexto educativo prevalecia “a inculcação da ideia de que as classes dominantes só pretendem assegurar a vida das dominadas, e a vigilância atenta para extirpar e corrigir qualquer movimento de protesto da parte dos oprimidos”. A separação das classes provocou uma fratura também no campo das ideias, a fim de preservar a hierarquia social dos privilegiados sobre os trabalhadores manuais. O conhecimento já não podia ser ensinado livremente a todos e ainda estava a serviço da manutenção das desigualdades sociais, explicando à massa trabalhadora que essa desigualdade educacional era natural, pertencente aos destinados a governar.

O início da divisão do trabalho germina na práxis social a propriedade privada e marca o controle das técnicas produtivas envolvidas no processo de trabalho, diferenciadora dos que deveriam atuar em atividades que exigiam maior esforço físico e aqueles que exerciam funções de planejamento, administração e controle, isto é, atividades intelectuais. É a propriedade privada a base de poder e controle de um grupo de indivíduos sobre outros, perfazendo a hierarquização social. Funções diferenciadas exigiam da mesma forma habilidades distintas e estas eram adquiridas através de processos educativos cada vez mais direcionados às atividades produtivas que cada indivíduo ou grupo deveria exercer. Consequentemente tais atividades passaram a diferenciar a educação destinada aos trabalhadores envolvidos em atividades manuais da oferecida aos que exerciam atividades intelectuais.

A sociedade de classes, calcada na apropriação do trabalho e dos meios de produção, na exploração do homem pelo homem, promove também a distinção entre os saberes destinados à classe dominante e a instrução das classes exploradas. Isto é, para manter-se no controle da hierarquia social, a classe livre das atividades laborais apoia-se numa educação sistematizada a partir da evolução das técnicas, dos conhecimentos do meio, da elaboração de formas de controle e poder. Desse modo, as classes dominantes determinam uma educação rudimentar que assegure apenas o suficiente para realização de alguns ofícios e a subordinação da classe ligada às atividades manuais.

Considerações finais

Para encerramos essas reflexões, mas jamais o debate resgatamos sinteticamente a necessidade de considerar a educação como complexo fundado pelo trabalho. Processo que é fundamental para que a humanidade continue seu processo de desenvolvimento mediante as

necessidades que se impõem. Entretanto, ressaltamos também ao vínculo ontológico que educação mantém com o complexo do trabalho cuja determinação dialética e reciprocidade influencia na produção e reprodução do saber.

De forma geral, procuramos evidenciar, importantes apontamentos, sobre o que cerca a categoria trabalho em Karl Marx, os elementos centrais do complexo que funda o ser social e a forma manifestada na sociedade capitalista. Percebemos o quanto difícil é abordar tal categoria em virtude dos pressupostos e interpretações polêmicas e controversas que ela desperta. O caminho seguido foi balizado pela leitura de autores mais experientes que esboçam maior envergadura nos vários embates já travados nos estudos da obra clássica de Marx. Por isso, longe de esgotar os debates este trabalho nos ajudou a compreender melhor as nuances do objeto, sua imprescindível importância, quando se nega que trabalho é uma categoria superada no atual quadro da análise societal.

O resgate ontológico do trabalho, como fio-condutor do processo de autoconstrução do homem deve ser pautado por uma perspectiva crítica e radicalmente emancipado das concepções burguesas que em si garantem a reprodução do capital. É pela centralidade do trabalho na perspectiva ontológica que se situa a natureza e função social da educação. Cabe a ela, enquanto práxis, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades, práticas e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano. Nesse sentido, a educação, assim como outros complexos, está inserida na realidade social, compondo o quadro da totalidade, para cumprir necessidades humanas estabelecidas.

Como complexo da formação humana que se relaciona com o complexo do trabalho, com a totalidade social e com a esfera do conhecimento, a educação é formadora da individualidade, entretanto, ela é cercada de uma trama social que envolve as mediações historicamente desenvolvidas pelo conjunto da humanidade. As mediações da práxis educacional caracterizam-se por alargar o horizonte de reflexão dos sujeitos, possibilitando a criação de algo sempre novo frente aos desafios atuais, projetando um maior refinamento das faculdades humanas.

As reflexões que ora encerramos apoiou-se no onto-método marxiano-lukacsiano, a partir do qual pressupomos o objeto inserido na totalidade social, almejando compreender sua gênese onto-histórica. Com base, portanto, nos referenciais do marxismo ontológico, capturamos, mesmo que sinteticamente, a trajetória do nosso objeto. A partir do cenário sustentamos que foi iniciado um processo de sociabilidade humana bem como do desenvolvimento das forças produtiva, política e ideológica das formações sociais, impregnando um conjunto de medidas para reconfigurar as estruturas sócio reprodutivas para que a humanidade consiga superar suas necessidades.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JIMENEZ, Susana; CARMO, Marilene do; LIMA, Marteana Ferreira. Por uma leitura ontomaxista de Vigotski e seus desdobramentos na relação trabalho-educação. In JIMENEZ, Susana. RABELO, Jackline. MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Org). **Marxismo, educação e luta de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EdUECE, 2010.

LIMA, Marteana Ferreira; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**, v.27, nº02, p. 73-94. Belo Horizonte, agosto de 2011.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí. Editora Unijuí, 2012

_____. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo : Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORAES, Betânia; AYRES, Natália; TERCEIRO, Emanoela; JIMENEZ, Susana. A categoria trabalho em Marx e Engels: uma análise introdutória de legalidade ontológica. In: **Revista Arma da crítica**. Ano 2. Número 2, Março de 2010. Disponível na web no endereço <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/>. Acessado em 03 de dezembro de 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8ª edição – São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Derivaldo. **A reforma do ensino técnico-profissionalizante: uma política pública para o mercado**. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza: UECE, 2005.

SANTOS, Derivaldo; COSTA, Frederico. O trabalho como fundamento da sociabilidade humana: a arte e educação em debate. In: SANTOS, D.; COSTA, F.; JIMENEZ, S. **Ontologia, estética e crise estrutural do capital**. Campina Grande: EDUFCG/Fortaleza: EdUECE, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos; **Revista Brasileira Educação**. 12 nº 34 jan./abr. 2007.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí, RS: Unijuí, 2005. Disponível www.ivotonet.xpg.com.br/. Acessado em março de 2012.

_____. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Educação e formação humana. Artigo. IN: **Marxismo, educação e luta de classes**. JIMENEZ, Susana e outros (orgs). Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. Disponível em:

<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>

_____. Educação e ontologia marxiana in: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 135-145, abril 2011 - ISSN: 1676-2584 Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art10_41e.pdf. Acessado em 10 de novembro de 2012.